



Jornal FNE Edição 131 – Abril/13

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura de um evento extremamente importante: a posse da diretoria que comandará a FNE pelo triênio 2013-2016. Realizado em 20 de março, em Brasília, o evento recebeu mais de 500 convidados e foi prestigiado por inúmeros parlamentares, autoridades, lideranças sindicais e profissionais da engenharia. Reconduzido à Presidência da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, durante a cerimônia, reafirmou o compromisso em defesa da categoria e pelo desenvolvimento nacional.

Também na pauta as mudanças previstas para os serviços de iluminação pública que, segundo resolução da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), devem passar a ser geridos pelos municípios, e não mais pelas concessionárias de distribuição de energia. Para bem atender a população, as cidades precisam se capacitar.

Na entrevista, o pesquisador da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Marcelo Kischinhevsky, aborda os impasses que cercam a implantação do rádio digital no Brasil.

Em C&T, o acompanhamento da tecnologia nuclear feito pelo novo centro do Instituto de Física de São Carlos da USP (Universidade de São Paulo). Pesquisadores monitoram os avanços e as novidades no processo de fusão para geração de energia. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), à qual a FNE é filiada, vem se consolidando como uma importante organização de representação das categorias de classe média. Uma das vertentes de sua atuação é o apoio ao fortalecimento da ação das entidades ligadas a ela. Nos dias 19 e 20 de março, em Brasília, foi realizada uma fundamental atividade nesse sentido: o seu primeiro curso de formação. Nessa edição inaugural, denominada “Organização, mobilização e expressão”, entraram em pauta temas essenciais da organização sindical no dia a dia e da compreensão desse universo.

Contando com a participação de lideranças das seis categorias ligadas à CNTU (engenheiros, médicos, farmacêuticos, odontologistas, economistas e nutricionistas), oriundas de todas as regiões do País, foi uma rica experiência que demonstrou a pertinência dos temas escolhidos. Compuseram a programação assuntos como desafios e obrigações sindicais, conjuntura política, econômica e sindical, Justiça do Trabalho, exercício jurídico no dia a dia, abordando contribuição e registro, os interesses dos trabalhadores na pauta do Congresso Nacional e do Governo, mídia, democracia e o papel da imprensa sindical nesse contexto, além do trabalho de comunicação desenvolvido pela CNTU.

O projeto terá ainda continuidade por meio de uma mesa-redonda de avaliação, que debaterá sugestões de aprimoramento na formatação e conteúdo, visando a sistematização de um curso que possa ser levado às mais diversas localidades brasileiras, possibilitando a disseminação da informação e da qualificação dos nossos dirigentes. Ainda com esse objetivo, serão produzidos, a partir dos conteúdos abordados, um DVD com a íntegra das palestras e uma cartilha com as principais questões levantadas. Ambos os materiais ficarão disponíveis no site da CNTU e serão distribuídos às entidades ligadas à confederação.

Tal esforço, conforme pontuado durante o curso de formação, tem uma finalidade clara e de sentido prático que é associar qualificação do dirigente com capacidade de intervenção na sociedade. Ou seja, levar as lideranças à ação eficaz com o fim último de bem representar as nossas categorias e lutar por seus direitos e por novas conquistas. É com esse norte que trabalha a CNTU.

Murilo Celso de Campos Pinheiro é presidente da FNE

ENGENHARIA

A partir de 2014, essa incumbência estará nas mãos das prefeituras brasileiras. É o que determina o artigo 218 da Resolução 414/2010 da Aneel (Agência Nacional de Energia

Elétrica), segundo o qual até 31 de dezembro deste ano as concessionárias de energia obrigatoriamente terão que transferir os ativos de iluminação pública aos municípios. Com isso, as distribuidoras deixariam de prestar o serviço, o qual teria que ser realizado por equipes próprias da gestão local ou terceirizadas, via licitação. O tema esteve em pauta durante o Seminário Estadual Gestão de Iluminação Pública com Sustentabilidade e Qualidade de Energia, realizado pelo Seesp e parceiros em Bauru, interior de São Paulo, nos dias 6 e 7 de março. “Esse é um exemplo do trabalho que será referência regional, deve caminhar por todo o estado e Brasil”, enfatizou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, na oportunidade. A iniciativa reuniu cerca de 300 participantes, incluindo o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB/SP), que compôs a mesa inaugural, entre outros políticos da região. À abertura, o secretário de Estado de Energia de São Paulo, José Aníbal, assegurou que levaria as resoluções, pleitos e sugestões do seminário ao governo local e ao Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Energia.

No ensejo, Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do Seesp e representante do Ilume (Departamento de Iluminação Pública da Prefeitura de São Paulo), criticou o fato de o órgão regulador não deixar opção às gestões locais de que a manutenção e operação continuem a ser feitas pelas concessionárias – como ocorre hoje na maioria das cidades. “O grande risco é ao município pequeno, que pode enfrentar a desorganização e precarização do serviço”, alertou. Questionando a obrigatoriedade de os municípios cumprirem a resolução, ele informou: “Entramos com pedido na AGU (Advocacia-Geral da União) de revogação do artigo 218 para reverter isso, entendendo que o parecer do procurador-geral da Aneel é insuficiente.”

Adequações e experiências

Os municípios precisam de tempo para se preparar a uma mudança como essa. Uma das adaptações necessárias diz respeito às legislações municipais de CIP/Cosip (contribuições para o custeio de iluminação pública), tema que foi abordado pelo especialista em Direito Tributário Francisco Ramos Mangieri, da Prefeitura de Bauru. Segundo elucidou ele, tais contribuições estão previstas na Constituição Federal. As cidades que ainda não as criaram e pretendem fazê-lo precisam submeter às Câmaras de Vereadores projeto de lei ordinária ou complementar relativo ao tema ainda este ano para que passe a vigorar em 2014.

Em Curitiba, o valor varia de R\$ 6,13 a R\$ 5,83, contou o representante da Prefeitura, Ernesto de Mello Wendeler. Na capital paranaense, em que a gestão é do município e a operação, contratada, segundo sua preleção, foi desenvolvido um Plano Diretor de Iluminação e o resultado foi maior qualidade. “Em 2006/2007, havia 133.250 pontos, hoje são 152.612, eficientes e padronizados.” Todas as lâmpadas a vapor de mercúrio foram trocadas pelas de sódio.

As experiências de Maringá (PR) e Goiânia (GO), em que o serviço é realizado por equipe própria, também estiveram na programação. Na primeira, o representante da gestão, Roberto Orlandini, relatou como foi resolvido o problema de as árvores impedirem a iluminação adequada, sem impactar o meio ambiente. O caminho foi rebaixar os postes em todos os

pontos do passeio público em que havia necessidade, além de trocar as luminárias e as lâmpadas de mercúrio pelas de vapor de sódio. Já Carlos Araújo Costa Filho, da Comurg (Companhia de Urbanização de Goiânia), explicou que a empresa municipal conta com uma diretoria de iluminação pública, à qual estão atrelados quatro engenheiros eletricitas, cinco técnicos e 150 eletricitas, além de pessoal administrativo. Há 150.441 pontos, sendo 126.707 a vapor de sódio. Ainda de acordo com ele, o valor da Cosip varia de R\$ 6,75 a R\$ 2,43, a depender do distrito. Araújo aponta que com a adesão ao Procel Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes), pela primeira vez em 2005, houve “redução no consumo e custo de energia elétrica da ordem de 26%, diminuição do custo de manutenção em 70% e aumento no nível de iluminação em torno de 30%”.

Ali, também estão sendo feitos testes com a tecnologia LED, em parceria com a iniciativa privada, “em pelo menos três logradouros, alimentadas por energia solar”. Essa inovação, apontada como o futuro pela qualidade, confiabilidade e eficiência, foi o tema de uma das palestras de Luciano Haas Rosito, engenheiro de especificação e projetos da GE Iluminação – ele também abordou as normas técnicas aplicáveis à iluminação pública, enquanto coordenador e participante de comissões da ABNT/Cobei (Associação Brasileira de Normas Técnicas/Comitê Brasileiro de Eletricidade) que discutem sua atualização e/ou elaboração. O Procel Reluz foi ainda apresentado, por Taciana de Vasconcelos Menezes, da Eletrobras.

Gargalo observado na transferência dos ativos de iluminação pública é quanto à capacitação dos municípios para a prestação do serviço. Para a consultora do Lumina e instrutora em eficiência energética, Clara Rosa de Jesus Lacerda Ramalho, investir em treinamento é fundamental à melhoria da qualidade técnica do serviço e do seu gerenciamento, bem como dos índices de segurança pública, entre outros benefícios.

Também na programação inovações tecnológicas em produtos, sistemas de gestão e redes inteligentes de iluminação pública, cujos expositores foram respectivamente Isac Roisenblatt, da Abilux, Giordano Almeida de Santana, da Unidesk, e Carlos Alberto Alves da Silva, da Osram do Brasil. Além do desafio dos municípios, por Genésio Betiol Júnior, da Secretaria Estadual de Energia de São Paulo.

As conclusões do seminário e as apresentações feitas durante a atividade estão disponíveis no site www.energia.fne.org.br. (Soraya Misleh)

SINDICAL

A equipe que comandará a entidade na gestão 2013-2016 tomou posse em 20 de março, em Brasília. Reeleito para a Presidência, Murilo Celso de Campos Pinheiro enfatizou durante a cerimônia o trabalho realizado pela diretoria cujo mandato se encerrou e fez um chamado à unidade e à continuidade do fortalecimento da FNE. “Quero agradecer aos diretores que

fizeram parte da gestão que termina. Foi um aprendizado muito grande. Aos que tomam posse, que façamos uma federação cada vez mais presente nas questões da sociedade, lutando por desenvolvimento e valorização profissional.”

O papel desempenhado pela FNE nessas duas lutas prioritárias foi o destaque na cerimônia, prestigiada por mais de 500 convidados, entre profissionais, lideranças sindicais, autoridades e parlamentares. O deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP) lembrou a relevância do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela entidade, contendo propostas para a expansão econômica com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. “Foi apresentado num evento em São Paulo aos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Paulo Bernardo, então à frente do Planejamento, e creio que foi muito importante para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), feito depois pelo Governo Lula”, relatou.

“A FNE é firme na defesa da categoria, mas não é corporativista, tem uma visão de País, de projeto nacional”, corroborou o deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP). Ele salientou, entre as iniciativas da entidade, o apoio à criação do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), em fase de implementação pelo Seesp, e a luta pela atualização profissional da categoria. “São fatos que valem por si”, resumiu. O parlamentar também ressaltou a liderança do presidente da FNE para o sucesso dessas empreitadas: “Murilo é uma pessoa dinâmica e de convergência. É o homem certo no lugar certo.” Líder do Governo no Congresso, o senador José Pimentel (PT/CE) enalteceu o papel dos engenheiros organizados pela federação. “Essa categoria tem compromisso com o Estado nacional e pode ajudar muito”, afirmou.

A mesma ênfase foi dada pela vice-presidente da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), Gilda Almeida, para quem “a FNE tem tido desempenho importante na construção de políticas públicas no País”. A sindicalista ressaltou também a contribuição da entidade à consolidação da CNTU: “Tem sido um baluarte da nossa confederação.”

A sessão solene contou também com a participação dos senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner (ambos do PMDB/SC), dos deputados Taumaturgo Lima (PT/AC) e Gladson Cameli (PP/AC), dos secretários nacionais de Políticas para o Turismo, Vinícius Lummertz, e de Acessibilidade e Programas Urbanos, Leodegar Tiscoski, do representante do Ministério do Esporte, Luís Antônio Paulino, dos presidentes da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), José Calixto Ramos, do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Engenharia e Arquitetura Consultiva), João Alberto Viol, do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), José Tadeu da Silva, do Crea-SP, Francisco Kurimori, e do Crea-DF, Flávio Correa de Souza.

Gestão 2013-2016

Eleita durante o VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em São Paulo, entre 24 e 26 de setembro de 2012, a nova diretoria da FNE seguirá as diretrizes programáticas do plano plurianual de ação aprovadas na ocasião, conforme prevê o estatuto da entidade. Entre as ações previstas, estão a defesa intransigente do piso, estabelecido pela Lei 4.950-A/66

em nove salários mínimos para jornada de trabalho diária de oito horas, bem como o incentivo à fiscalização no seu pagamento. Também consta no programa da federação o combate de forma sistemática ao exercício ilegal da profissão e gestões junto aos engenheiros que venham a ocupar assento nos Legislativos e Executivos de modo que representem as demandas da categoria.

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Carlos Bastos Abraham

Diretor Administrativo

Manuel José Menezes Vieira

Diretor Administrativo adjunto

Disneys Pinto da Silva

Diretor Financeiro

Antonio Florentino de Souza Filho

Diretor Financeiro adjunto

Luiz Benedito de Lima Neto

Diretora de Relações Internas

Maria de Fátima Ribeiro Có

Diretor Operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretora de Relações Institucionais

Thereza Neumann Santos de Freitas

Diretora Regional Norte

Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro

Diretor Regional Nordeste

Modesto Ferreira dos Santos Filho

Diretor Regional Centro-Oeste

Gerson Tertuliano

Diretora Regional Sudeste

Clarice Maria de Aquino Soraggi

Diretor Regional Sul

José Luiz Bortoli Azambuja

Diretor representante na Confederação – titular

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Diretor representante na Confederação – suplente

Wissler Botelho Barroso

Conselheiros Fiscais efetivos

Edson Kiyoshi Shimabukuro

José Carlos Ferreira Rauen

Lincoln Silva Américo

Conselheiros Fiscais suplentes

João Alberto Rodrigues Aragão

Marcos Camoegas G. Marques

Diretor de Negociações Coletivas Nacionais

José Ailton Ferreira Pacheco

Diretor de Assuntos do Exercício Profissional

Augusto César de Freitas Barros

Diretor de Relações Acadêmicas

Cláudio Henrique Bezerra Azevedo

Diretor de Relações Internacionais

José Luiz dos Santos

SINDICAL II

MS

Senge elege dirigentes para próximo triênio

Foi eleita no dia 7 de janeiro último a diretoria do Senge-MS para a gestão 2013-2016, que estará sob o comando do presidente Edson Kiyoshi Shimabukuro, reconduzido ao cargo. Segundo ele, a proposta é dar seguimento à dinamização do sindicato e concluir os projetos de valorização profissional. “Hoje a entidade tem um trabalho em defesa da categoria e procura

cada vez mais um espaço maior na sua luta cotidiana”, afirmou. Compõem a direção Múcio José Ramos Teixeira e Thiago Pereira Vieira (1º e 2º vice-presidentes), Odair Eugênio e Auro Simões Pólvora (1º e 2º secretários); Rui Onori Rezende e Arthur Chinzarian (1º e 2º tesoureiros); Ronaldo Honori de Rezende, Celso Higa, Regina Keiko Hiane Oshiro, Elizeu José Scariot, Edir Soares da Cunha, Mário Sérgio Cardoso e Julio da Cas Netto (suplentes). No Conselho Fiscal estão Jary de Carvalho e Castro, Amarildo Miranda Melo, Jean Saliba (titulares); Hamilton Rondon Flandoli, José Divino de Souza e Jorge Luiz Vargas (suplentes). São representantes da FNE Arthur Chinzarian, Alfredo Nimer (titulares) e Ronaldo Honori de Rezende e Thiago Pereira Vieira (suplentes).

AL

Defesa do piso profissional

Em contato com os engenheiros, arquitetos e agrônomos da Prefeitura Municipal de Arapiraca (AL), o presidente do Senge, Disneys Pinto da Silva, observou que os salários pagos à categoria, de R\$ 1.569,00, para uma carga de 40 horas semanais, vai totalmente de encontro à Lei 4.950-A, que lhes garante uma remuneração base de seis e nove salários mínimos para seis e oito horas de trabalho, respectivamente. “Eles têm problemas desde a administração anterior, do ex-prefeito Luciano Barbosa, e continuam sendo desrespeitados na gestão municipal de Célia Rocha”, disse. O sindicato enviará ofício à prefeita para que seja dirimida qualquer dúvida quanto ao piso da categoria e solicitará audiência para tratar do assunto.

GO

Renovada diretoria à gestão 2013-2016

No dia 4 de março último foi escolhida a direção do Senge, que terá à frente Gerson Tertuliano, reeleito para mandato até 2016. Integram a equipe João Batista Tibiriçá, Antônio Augusto Soares Frasca, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, Edson Melo Filizzola, José Augusto Lopes dos Santos, Caio Antônio de Gusmão (efetivos) e Wanderlino Teixeira de Carvalho, Carla Silva Sena, João Dib Filho, Catão Maranhão Filho, Ana Maria de Deus, José Luiz Barbosa Araújo e Luiz Carlos Carneiro de Oliveira (suplentes). No Conselho Fiscal estão Eduardo James de Moraes, Eduardo Joaquim de Sousa e Alexandre Vieira Moura (efetivos) e Harlan Brockes Tayer, Marcelo Emílio Monteiro e Marcos Rogério Nunes (suplentes). São delegados junto à FNE Annibal Lacerda Margon, João Soares Safatle (efetivos) e Marcelo Pontes Pereira e Antônio Henrique Capuzzo Martins (suplentes). Tertuliano reforça as principais bandeiras do sindicato, entre elas manter e expandir serviços da entidade, com destaque ao plano de saúde oferecido aos filiados, bem como novas parcerias na área de assistência social. Além disso, estão no programa de trabalho valorização dos novos cursos de engenharia, aproximação das faculdades da área, maior interação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás e a formatação de um banco de vagas de emprego para engenheiros, projeto já em fase de planejamento.

PI

Luta contra perda de recursos do Ministério das Cidades

Um ofício do secretário nacional de saneamento do Ministério das Cidades, Osvaldo Garcia, em resposta ao presidente da Associação de Empresas de Saneamento Básico Estaduais, aponta que os recursos orçamentários do órgão estão vedados para obras e serviços de sistemas de abastecimento de água e esgoto controlados por empresas privadas. O documento, datado de julho de 2012, inclui os sistemas de saneamento onde há controle total ou em parte de empresas privadas. Isso provocou reação do Senge-PI, que alertou a sociedade sobre a possibilidade de perda de recursos caso a Agespisa (Empresa de Águas e Esgotos do Piauí) implemente a subdelegação de seus serviços em Teresina. Estão em risco cerca de R\$ 650 milhões reservados no Ministério para obras de saneamento na Capital. Além disso, poder ter que devolver, corrigidos, mais de R\$ 100 milhões, já em caixa. Para o presidente do sindicato, Antonio Florentino de Souza Filho, é preciso que o governo estadual priorize a liberação dos recursos já assegurados. “Devemos buscar resolver os entraves que dificultam a conclusão das obras, senão a população sairá prejudicada”, adverte.

MA

Workshop faz balanço e traça ações

Durante o “Workshop Senge 2013”, no dia 2 de março último, o presidente da entidade, Berilo Macedo da Silva, apresentou a sua diretoria as metas concretizadas em 2012 – empenhado em cumprir o plano de ação do sindicato até 2015 –, e abriu a discussão para o debate de novas diretrizes almeçadas. Atender todas as demandas trabalhistas foi a principal ação alcançada no último ano, para defender direitos e interesses da categoria. Outra foi garantir a participação dos representantes do Senge no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão; além de realizar eleições de conselheiros ao Crea em dezembro e janeiro últimos. O Senge também conquistou 100 novos associados através da campanha de filiação vigente e fez palestras para divulgar a engenharia e o associativismo, entre outras ações. Para os próximos meses, destacam-se a criação de delegacias regionais nas principais cidades do estado; o debate de temas de interesse da sociedade, através de seminários, palestras e fóruns e continuidade à implantação da gestão metropolitana da Grande São Luís. Quanto à valorização profissional, será formada uma comissão para discutir a tabela de honorários em cada modalidade.

PA

Em discussão, a reestruturação da Celpa

A Equatorial Energia (controladora da Cemar – Companhia Energética do Maranhão) assumiu a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) em 1º de novembro de 2012, pelo preço de R\$ 1,00, levando junto as dívidas acumuladas em torno de R\$ 3 bilhões. Segundo o vice-presidente do Senge

Pará, Manuel José Menezes Vieira, a grande preocupação dos sindicatos da base da empresa é evitar cortes, já que na Cemar houve demissões em massa. Com esse intuito, ficou acertado no Acordo Coletivo de Trabalho 2012-2013, assinado em 6 de fevereiro último, que não haveria dispensas imotivadas até 8 de março, prazo prorrogado até 29 do mesmo mês. Nesse ínterim, estavam em discussão entre os trabalhadores e a empresa um Plano de Demissão Voluntária, inclusive focando aposentados e aposentáveis, novo organograma, reforma do Plano de Cargos e Salários e critérios para pagamento do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

ENTREVISTA

Possibilidade de atender interesse público, multiplicar as vozes e trazer mais atores ao mercado, a digitalização do rádio enfrenta desafios políticos e tecnológicos para avançar. Quem afirma é o pesquisador Marcelo Kischinhevsky, professor de Pós-graduação em Comunicação e do Departamento de Jornalismo da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Nesta entrevista ao Engenheiro, ele é categórico em afirmar que o futuro desse meio de comunicação popular, presente em nove de cada dez lares brasileiros, depende de se solucionar esse impasse.

Em que pé está a discussão sobre rádio digital no Brasil?

A discussão está emperrada por uma série de fatores. O principal deles é a indecisão do Governo Federal em relação à escolha do padrão a ser adotado no País. Os testes preliminares realizados até o momento por uma série de parceiros e coordenados pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) foram muito decepcionantes, com qualidade de som e sinal digital inferiores ao analógico em alguns casos. Os dois padrões estudados até o momento, que são o HD Radio (americano) e o DRM (europeu), permitem o uso das mesmas frequências utilizadas pelas rádios analógicas. Isso seria interessante para facilitar a migração, mas traz prejuízo em termos de qualidade do ponto de vista técnico. São soluções provisórias, não é uma digitalização plena. Nas reuniões do Conselho Consultivo da Rádio Digital, em que estão representados indústria, Governo, academia, sociedade civil, há muitas interrogações, e a possibilidade de uma decisão rápida é praticamente nula. Há muitas dificuldades a superar para que a gente tenha um padrão de rádio digital que atenda as demandas do País.

Tem-se uma dificuldade para chegar ao melhor padrão tecnológico porque todos ainda estão em desenvolvimento. E tem-se um problema político. O rádio digital, assim como a TV digital, oferecia uma possibilidade de multiplicar as vozes, trazer mais atores para o mercado de

radiodifusão para aumentar, por exemplo, a participação do setor público ou de emissoras comunitárias, mas essa questão latente não tem se realizado.

Mudar isso passa por uma nova lei de radiodifusão?

Passaria por uma decisão por um padrão de rádio digital que contemplasse os diversos interesses e uma nova regulamentação do setor. Hoje tem-se um acúmulo de legislações que remontam ao Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, muitas delas se superpondo e se anulando, o que acaba provocando uma espécie de regulação frouxa. Reportagens mostraram que grande número de emissoras comerciais no País operava com as concessões vencidas e existe um descontrole do Governo, dos órgãos reguladores, que não estão equipados para dar conta disso. Ao mesmo tempo, há uma demanda muito grande da população por um meio de comunicação que seja mais plural, então a gente tem essa equação para solucionar. O rádio digital possibilitaria isso, agora, do jeito que está colocada a discussão, com a concorrência entre dois padrões, o que ocorre é que a gente não vai ter a convergência plena de mídia. Tem um padrão nipo-brasileiro de TV digital, mas não é o mesmo pensado para rádio digital. Tem problemas comerciais com o padrão japonês, que não poderia operar nas mesmas frequências, teria que haver migração, mas por que não discutir isso, por que não pensar no potencial que a gente vai ter com a TV digital, de 200 milhões de aparelhos receptores que poderiam centralizar também as emissoras de rádio digital? Acho que essa opção deveria ser considerada. Obrigar as pessoas a comprar um receptor digital que só pegue rádio me parece oferecer muito pouco para o consumidor no momento em que ele já está experimentando a convergência em outros dispositivos, em outros suportes.

Existe um debate dentro da academia sobre adequações nacionais a um padrão de fora, como foi feito com relação à TV digital?

Alguns pesquisadores chegaram a falar num sistema brasileiro de rádio digital, mas me parece muito mais uma discussão no campo das ideias do que a tentativa de se fazer uma política pública para isso. Mas acho que seria uma discussão chave para que houvesse desenvolvimento tecnológico no Brasil, pudesse se gerar empregos, negócios. Poderia ser uma oportunidade importante de que inclusive, adotando um padrão que fosse inovador e de ótima qualidade, houvesse uma aceitação em outros países de dimensões continentais, como é o caso do nosso, de exportar essa tecnologia. Falo de uma discussão para apresentar soluções a um padrão híbrido que pudesse atender as demandas específicas deste País que é o maior consumidor de rádio, presente em 90% dos lares. Entre elas, o interesse público, a diversidade cultural, o alcance equivalente ou superior ao analógico, a pluralidade de atores no mercado, a possibilidade de digitalização também das emissoras comunitárias, que hoje representam mais da metade das mais de 9 mil emissoras em operação no País e estão à margem. Essas demandas foram apresentadas no Governo Lula ao então ministro das Comunicações, Hélio Costa, por uma comissão de pesquisadores. Ele curiosamente acolheu as reivindicações e, antes de deixar o Governo, incluiu-as nas diretrizes do sistema brasileiro de rádio digital a ser implementado.

O problema é que não avança?

Não avança e há muitas incertezas, os investimentos em transmissão estão paralisados há anos, esperando uma decisão do poder público. Isso é ruim para todo mundo. Não se vendem receptores de rádios, todas as linhas de produção estão paralisadas, muitas dispensando seus funcionários. Essa indústria emprega direta ou indiretamente mais de 300 mil pessoas, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas. O Governo tem que tomar a decisão do que é melhor para que se façam os estudos complementares necessários. Está em jogo o futuro do rádio, enquanto meio de comunicação popular. (Soraya Misleh)

C&T

Divulgar estudos para a comunidade científica brasileira sobre a utilização segura da energia nuclear gerada pelos reatores e novas soluções ligadas à segurança e formas de controle são os principais objetivos do Centro de Proteção Ambiental para Uso da Energia Nuclear, formado recentemente no IFSC (Instituto de Física de São Carlos), da USP (Universidade de São Paulo), localizado no Interior paulista. O núcleo de pesquisa vai monitorar também estudos internacionais sobre as perspectivas de produção de energia limpa a partir da fusão nuclear induzida por laser, uma nova tecnologia que poderá revolucionar o segmento. “Estamos acompanhando toda a evolução dessa técnica difícil e fina que vem sendo desenvolvida na China, no Japão, na Europa e nos Estados Unidos. Pelo rumo das pesquisas, em algumas décadas, ela estará comercialmente disponível e por isso é primordial que a engenharia, a física e a química brasileiras se preparem para acompanhar esse movimento, de maneira a formar os recursos humanos necessários para absorver essas novas tecnologias”, alerta o professor do IFSC, José Eduardo Martinho Hornos, responsável pelo novo centro de pesquisas.

Conforme explica o pesquisador, a novidade não é a técnica de fusão nuclear, mas a utilização de lasers de alta potência no processo. “Antigamente era feita por meio de confinamento magnético, que apresentava dificuldades e não gerava resultados. Atualmente, os testes realizados em grandes laboratórios da China e dos Estados Unidos, por exemplo, demonstraram que o uso do laser de alta potência facilita o processo e que a tecnologia pode ser dominada.”

De modo geral, a técnica consiste na utilização de um laser de alta potência sobre uma esfera de deutério-trítio (material derivado do lítio que pode ser encontrado abundantemente na natureza), promovendo fusão nuclear e a geração de eletricidade. “A quantidade de energia adquirida nesse tipo de reação é imensa, semelhante à maneira com que o Sol e as estrelas a produzem. Além disso, possui a vantagem de não gerar resíduos, ou seja, produz energia limpa”, explica Hornos.

O pesquisador do IFSC acrescenta ainda que os lasers de alta potência são fundamentais para a medicina nuclear. “Um dos propósitos do Centro será justamente direcionar as pesquisas no sentido de mostrar a importância de desenvolver essas máquinas aqui no Brasil. Para cada processo, vamos procurar respostas, de modo a se aproximar da realidade desses países onde a tecnologia nuclear está avançando”, menciona.

Apesar de estar de olho no futuro, o Centro também conduzirá estudos relacionados à técnica de fissão – forma atual de se obter energia nuclear e que gera bastante preocupação no mundo e utiliza o urânio, que deve passar por um processo de enriquecimento, que inclui centrifugação, separação isotópica e purificação. “Vamos abordar todas as fases, de maneira a esclarecer as dúvidas da população e mostrar que existem inúmeras tecnologias para destinação correta do urânio usado, melhoria dos reatores, armazenamento de resíduos e, conseqüentemente, para a segurança. É importante entender que a utilização da energia nuclear é inevitável, portanto vamos escolher a melhor maneira de usá-la”, pondera o professor.

Educação

O Centro realizará ainda ações educativas junto à população. Para tanto, serão elaborados filmes e palestras com o objetivo de desenvolver uma cultura de atenção ao uso da energia nuclear e de materiais radioativos. “Esse trabalho será dedicado a médicos, engenheiros, físicos, químicos e administradores. A ideia é que o conteúdo possa orientar as discussões no Congresso Nacional, nos partidos políticos, nas empresas de energia e nas universidades, de modo que esse debate seja pautado pela ciência e não por mitos ou por lenda que venham a limitar as possibilidades de geração no País. A matriz energética do Brasil deve ser produto de várias alternativas”, argumenta.

Outra atividade importante do núcleo de pesquisas será a qualificação de recursos humanos. Segundo Hornos, o grande impasse é que a formação de profissionais capacitados na área leva no mínimo 20 anos, um período longo e contínuo, daí a importância da criação do Centro. “Acredito que a sociedade brasileira deve estar alerta para a falta de mão de obra qualificada e para o desenvolvimento da energia nuclear, porque esses são dois gargalos reais que devem ser superados para que sejamos no futuro uma grande nação. Sem uma indústria nuclear forte, o Brasil não terá competitividade para se desenvolver e prosperar em todos os aspectos relacionados à economia. A própria história mostra que o crescimento de outras nações se deu através dessa energia, a exemplo da França e dos Estados Unidos”, alerta o professor do IFSC.

As pesquisas sobre meio ambiente e energia nuclear tiveram início em 2009, mas a formalização do Centro ocorreu somente neste ano, após uma parceria entre a reitoria da USP e da Eletrobras-Eletronuclear (empresa que administra as centrais nucleares existentes no Brasil), que destinaram cerca de R\$ 1 milhão para atividades e estudos do projeto. (Lucélia Barbosa)